

RESOLUÇÕES DO 1º Congresso do POR



**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

**1º Congresso
da
Tendência
Pelo Partido
Operário
Revolucionário**

Resoluções Político-Programáticas

Apresentação

Apresentamos aqui as Resoluções Político-Programáticas do 1º Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário, documento central do congresso que unificou a outrora Tendência Quarta Internacionalista e a Tendência pelo POR. Mais do que uma simples unificação, o congresso estabeleceu um patamar qualitativamente superior de elaboração política das correntes, ao estabelecer de maneira clara a diferenciação programática em relação aos outros agrupamentos políticos da esquerda, especialmente no que diz respeito à formulação estratégica de ditadura do proletariado, recentemente abandonada pela Organização Causa Operária (OQI), da qual provimos. Essa clarificação nos coloca de modo preciso a tarefa de lutar pela construção do Partido Operário Revolucionário, o que só pode ser feito a partir da estratégia da revolução e ditadura proletárias, e da tática correspondente. Nossa tendência surge diante de um quadro onde há predominância do frentismo eleitoral e, por isso, nossas colocações, que são opostas a ele (defendemos a frente de luta antiimperialista), tendem inicialmente a nadar na contracorrente da maré democratizante. Com a publicação de nossa Resolução, que contém uma avaliação e um posicionamento revolucionário diante da crise capitalista mundial, da crise do regime político no Brasil, das estratégias burguesa, democrático-reformista e revolucionária para a crise, do avanço do movimento operário e da crise de sua direção, e da necessidade de construir o partido revolucionário, chamamos o ativismo combativo à discussão sobre questões fundamentais para o desenvolvimento da luta independente do movimento operário no sentido revolucionário, o que só pode ser feito se for tomada como tarefa essencial a construção do PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO.

São Paulo, 1 e 2 de junho de 1989.

I. A CRISE É MUNDIAL

O capitalismo mundial está em crise. Trata-se do impasse crescente do capitalismo imperialista. O relativo equilíbrio alcançado no pós-guerra cedeu lugar a uma nova etapa da convulsão e conflitos intercapitalistas. As forças produtivas se recompuseram num patamar mais elevado, reforçou-se a concentração dos meios de produção e circulação, e o capital financeiro atingiu grande proporção. Agora, o potencial produtivo entrou novamente em plena contradição com a propriedade burguesa em sua forma monopolista dominante. A divisão do globo ocorrida no pós-guerra está largamente superada. O choque entre a necessidade de expansão do capital fortemente concentrado e as fronteiras nacionais, volta a se agudizar ainda mais neste momento.

A pretensão dos governos burgueses de “unificar” a Europa num só mercado e a América do Norte com o Canadá, incluindo o México, revela a dimensão da crise. A tentativa de formar grandes blocos econômicos potencializará ainda mais a guerra comercial, tanto interna quanto eternamente a eles. Os desequilíbrios comerciais entre os grandes países como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra, etc e os confrontos comerciais decorrentes atestam a crescente competição inter-imperialista. O maior império mundial, os Estados Unidos, se encontra em estado de retrocesso. A estagnação, as tendências recessivas e o agigantamento do parasitismo financeiro, presentes na economia norte-americana, são parte integrante de um fenômeno de ordem mundial e de caráter estrutural. O “crak” de outubro de 87 na Bolsa de Nova York, que “queimou” bilhões de dólares em questão de horas, foi uma manifestação de grande porte da crise industrial e da supremacia do capital especulativo. A quebra do mercado de ações tem por base a crise de superprodução e o artificialismo do capital financeiro. O abalo de Wall Street não foi uma ocorrência isolada e pontual. Pelo contrário, resultou da desagregação das relações econômicas financeiras mundiais, perante as quais os Estados Unidos mantém a hegemonia. E, dado esse peso hegemônico, ainda que debilitado, a putrefação norte-americana expressa a decadência geral do capitalismo e as suas convulsões atingem a todos. Nestas circunstâncias de desmoronamento do sistema, a disputa do capital monopolista, por alargar as fronteiras, se torna mais feroz.

Toda movimentação da burguesia em torno da “Perestroika” de Gorbachov vem neste sentido. O imperialismo exige concessões mais profundas da burocracia estalinista, para manter a política pró-imperialista da “convivência pacífica”. Ele visa ampliar os limites do capital sufocado. O regime de propriedade dos estados socialistas, existente em uma parcela significativa do mundo, se choca frontalmente com o estreitamento do mercado mundial. Um primeiro passo exigido ao Kremlin diz respeito à abertura para a penetração do capital e restabelecimento parcial da grande propriedade capitalista, tanto na indústria quanto na agricultura. Essa ofensiva tem como estratégia incorporar, numa fase inicial, os países socialistas mais propensos à integração na esfera capitalista. A eliminação total das conquistas da Revolução Russa, entre elas, o Estado Operário (burocratizado) é o retrocesso mais desejado pelo imperialismo, pois implicaria na quebra das tendências revolucionárias internacionais de combate anticapitalista e de luta pela revolução política nos países dominados pela burocracia estalinista. A crise do capitalismo vem sendo imposta e assimilada já há algum tempo pelas economias socializadas através da política reacionária da burocracia. Desta forma, a expansão por toda parte das forças centrífugas, da crise imperialista traz à tona a extraordinária incompatibilidade do desenvolvimento das forças produtivas com a ordem burguesa e expõe a necessidade de ampliar as relações de opressão nacional.

A submissão dos países semicoloniais, por sua vez, também se tornou insuficiente. O grau de exploração e saque pelo imperialismo deve ser ampliado. Regiões inteiras foram arrastadas à condição de indigentes. O empobrecimento da América Latina cresceu violentamente no último período. Na década passada houve estagnação e retrocesso de suas forças produtivas. O sucateamento industrial e a redução de seus mercados internos atingiram uma situação calamitosa. Igualmente, a queda de participação da América Latina no mercado mundial foi drástica. Inúmeros itens de matéria prima tiveram seus valores super-rebaixados no mercado externo. Por exemplo, a quebra do ramo da mineração na Bolívia se deveu, em grande medida, à desvalorização dos preços, controlados pelo imperialismo. Não obstante, a expropriação de riquezas líquidas para os bancos credores alcançou montantes históricos. Um país como o Brasil, que manteve considerável superávit comercial, voltou sua economia, nos últimos tempos,

para o objetivo de pagar os banqueiros. A dívida externa comparece como um garrote que sufoca os países atrasados. Esse processo deve se agudizar.

Para a crise de superprodução, o imperialismo não tem outra saída senão se lançar, de maneira mais poderosa ainda, à destruição de parte as forças produtivas mundiais e à escravização, sob outras bases, dos países mais débeis. A atual relação de submissão dos povos oprimidos já não satisfaz os apetites rapinas do grande capital monopolista. As forças produtivas das semicolônias devem retroceder em maior magnitude. As tendências históricas do capitalismo de destruir, maciçamente as riquezas criadas comparece em plena ação no atual impasse do imperialismo. Exige-se a inauguração de uma nova fase de recolonização. As política econômico-financeiras de retração da presença do Estado na economia, queda de investimentos estatais, redução do déficit público através de demissões massivas de funcionários, redução do orçamento destinado aos serviços essenciais (educação, saúde, etc), confisco salarial e enfraquecimento da economia popular estão voltadas a provocar uma grande depressão. As burguesias nacionais e seus governos vêm cedendo passo a passo à imposição recessionista. A sua implementação abre as portas para a imposição recolonizadora, que compatibiliza a quebra de ramos da produção nacional com o alargamento da ocupação imperialista, mediante a desvalorização dos ativos, desestatização e reconcentração do capital nas mãos das metrópoles. Essa é a tendência fundamental da crise mundial.

A putrefação do capitalismo tem arrastado as massas para a pobreza, ampliando e agudizando a miséria absoluta. Milhões e milhões de trabalhadores estão sendo literalmente mutilados como força de trabalho pelo desemprego e pelos reduzidos salários. Os planos econômicos aplicados nos países atrasados, como Brasil, Argentina, Peru, Bolívia, etc se caracterizam por reforçar o caráter monopolista da economia, de onde se origina a elevação insuportável do custo de vida e o incremento da opressão da classe operária pelos consórcios capitalistas. Da noite para o dia, os governos pró-imperialistas expropriam parcela dos salários, bloqueando a reposição das perdas inflacionárias e elevando os preços. Os choques econômicos, já corriqueiros, são ataques profundos às condições de vida dos trabalhadores. Eles respondem à necessidade do capital putrefato de continuar a sua reprodução e arrastar sua agonia, reforçando a dependência dos assalaria-

dos à minoria burguesa e o abismo das desigualdades sociais.

Essas contradições têm obrigado o proletariado e as massas a polarizarem a luta de classes, que assume características revolucionárias. Em ritmos e particularidades diferentes, se desenvolvem movimentos explosivos, próprios do amadurecimento de uma situação revolucionária mundial, que decorre da desintegração dos países capitalistas e do extraordinário crescimento da pobreza. A revolução nicaraguense e a guerra civil em El Salvador resultaram dessa situação, bem como a ocupação de Granada pelas tropas yankis. Os recentes acontecimentos trágicos na Venezuela, os mortíferos confrontos no Peru, a violência estatal e paramilitar na Colômbia e “La Tablada” na Argentina são expressões das tendências à guerra civil. A expansão das greves gerais, o estado permanente de ascenso grevista, os confrontos com a polícia, o fenômeno das ocupações de fábrica e a proliferação das lutas camponesas marcam toda América Latina e Central.

Assim, a revolta dos trabalhadores vem estremecendo os regimes democratizantes, que substituíram as ditaduras militares do nosso continente. Em pouco tempo, eles se mostraram dependentes do imperialismo e deixaram de esconder sua vocação genocida. E quanto mais se desagregam, mais desfecham a violência estatal contra as massas.

Nas partes do mundo mais golpeadas pela crise mundial, a militarização das greves e toda ordem de reação estatal se constituem nos recursos principais de sustentação da burguesia no poder e de controle imperialista; isto é, os mecanismos democratizantes de submissão do proletariado se tornaram pouco eficazes. A disseminação armarentista, uma das maiores de todos os tempos, o fluxo de fantásticos recursos para a indústria bélica e a multiplicação dos focos de guerra se somam à gestação da guerra civil contra as massas em inúmeros países em que a mutilação das forças produtivas chega à barbárie. O massacre nas Malvinas foi um ato de opressão nacional pela força militar e se inscreve na ofensiva bélica de conjunto do imperialismo. As experiências históricas comprovam que quando se alastra a miséria dos trabalhadores em todo o globo e quando o imperialismo estimula as ações militares, como por exemplo, no Oriente Médio, é porque a sua crise estrutural atingiu um ponto de considerável ebulição. A crise que hoje se manifesta tem seus paralelos nos períodos mais negros da fase imperialista e coloca frente a frente a barbárie capitalista e seu antídoto, a re-

volução proletária.

II. O CARÁTER ESTRUTURAL DA CRISE NO BRASIL

A crise no Brasil é uma manifestação particular da crise geral capitalista. Não se trata de um acontecimento isolado e conjuntural. Ela se condiciona ao tremendo bloqueio econômico a -escala mundial e às tendências opressivas do imperialismo. A crise de superprodução é um fenômeno mundial, que afeta o organismo econômico como um todo, ainda que em proporção e intensidade diferenciada em cada país. O Brasil faz parte indissociável desse organismo, conformado sob a égide do capital financeiro. A sua estruturação tardia ocorreu nas condições gerais da etapa superior do capitalismo (imperialismo). Atualmente, a sua subordinação às economias avançadas é infinitamente maior, bem como a influência do capital imperialista exportador é mais poderosa. A sólida interdependência existente entre os países semicoloniais e as potências dominantes se constitui numa característica fundamental da conformação mundial do capitalismo. Historicamente, foi o que determinou a constituição das economias que combinam as formas mais atrasadas com as mais avançadas de produção, como é o caso do Brasil que convive com um pólo industrial moderno, altamente concentrado e regionalizado, entrelaçado com uma esfera produtiva pouco desenvolvida e disseminada. A mesma lei de desenvolvimento desigual e combinado que sustenta a estrutura mundial capitalista se reproduz na formação das economias semicoloniais. Tanto o desenvolvimento quanto o atraso do Brasil estão subordinados ao funcionamento dessa lei. O aumento da concentração de capitais nas mãos de poucos países imperialistas reforçou e reforça o atraso das semi-colônias e sufocou e sufoca suas forças produtivas profundamente dependentes. Essa relação de interdependência no organismo econômico das nações oprimidas com as opressoras confere, simultaneamente, um caráter geral e particular para as crises nacionais, como a de nosso país.

Ao mesmo tempo em que a crise econômica do Brasil é um elo da cadeia de superprodução e da extraordinária concentração monopolista mundiais é também o resultado do baixo desempenho econômico e da

insuficiência de desenvolvimento capitalista. Trata-se, evidentemente, de uma potente contradição desagregadora. Há um imperativo da economia brasileira crescer. Está colocada a necessidade de expansão industrial, utilização do vasto território pouco explorado, uma grande ampliação do mercado interno e o aproveitamento da riquíssima força de trabalho disponível. Enfim, unificar harmonicamente o campo e a cidade para o pleno desenvolvimento das forças produtivas do país. Esta seria a rota para se superar a baixíssima renda per-capita, o reduzido produto interno bruto, comparado aos países adiantados, e integrar uma multidão humana no mercado consumidor. Porém, nesta fase de domínio imperialista, isso não é possível. O contrário ocorre. Sob o peso da crise internacional, desde 1970, a economia entrou num processo de desaceleração, passou pela estagnação e mergulhou na recessão. A última década a burguesia considera como perdida e estima que a próxima não terá destino melhor. Neste quadro, verificamos o agravamento da contradição entre o pólo concentrado de riqueza e o da miséria. Regiões inteiras, como a do Nordeste que abriga 40 milhões de pessoas, têm sido empurradas para o atraso. A participação dos assalariados

na renda nacional decresceu barbaramente desde 1950, formando vastos bolsões de miséria, ampliando a pobreza absoluta e reduzindo drasticamente as possibilidades da economia popular. Na agricultura, ampliou-se o cultivo de produtos exportáveis em mãos de poucos latifundiários e em detrimento do plantio de cereais de consumo interno, provocando a alta incontornável dos preços dos alimentos. Em contrapartida, se fortaleceu a reduzida oligarquia industrial e financeira, consorciada e dependente do grande capital imperialista, e, junto a ela, se consolidou e ampliou o domínio do latifúndio, mais vasto e concentrado. Os monopólios estatais, colocados a serviço do parasitismo burguês, se estagnaram e estão em retrocesso. Os investimentos estatais foram reduzidos a nada.

Nesse momento, a crise alcança um patamar elevadíssimo, isto é, o acúmulo dos impasses sucessivos, desde 1970, ganha proporções desagregadoras, que ameaçam conduzir o país a um retrocesso histórico, como já ocorre com a Argentina, Peru, etc. Há uma confluência de vários fatores, potenciados nestes últimos dez anos, que são a falência financeira do Estado nacional, mergulhado numa dívida interna e externa que abarca uma

grande parte do PIB, o descontrole e desequilíbrio crescente das atividades econômico-financeiras, a abrangente especulação, a queda da taxa de investimento, uma evasão de divisas sem precedentes e uma alta de custo de vida disparada. Essa confluência tem agido poderosamente sobre as tendências recessivas, obrado a favor da quebra de pequenos e médios produtores e estimulado o parasitismo financeiro. A “irracionalidade” capitalista no Brasil chega ao extremo. Enquanto a taxa de inversão cai, a burguesia gira no mercado especulativo 100 bilhões de dólares. Enquanto o Estado deixa de aplicar, é ele quem sustenta todo parasitismo com altas taxas de juros. Desta forma, se artificializa a economia como um todo, as ações não têm valor real assegurado, o dólar dispara e a moeda se desvaloriza brutalmente. Neste quadro, a quebra financeira do Estado reflete o caráter estrutural da crise. Como se pode constatar, a contradição existente entre o pólo fortemente concentrado e hegemônico e o restante do país atrasado, potencialmente produtivo, nada mais expressa senão a contradição existente entre as forças produtivas prontas para crescer e as relações de propriedade capitalista sob o domínio monopolista, que as contêm. O país tem um potencial objetivo, mas está bloqueado por compor um organismo mundial em declínio e se constituir no elo mais débil da inter-relação.

A necessidade do imperialismo de desafogar as forças produtivas leva-o a descarregar a crise sobre as semi-colônias, fazendo estourar suas contradições, isto é, as banes contraditórias de seu desenvolvimento dependente. Já há duas décadas, as potenciais vêm apertando o cerco utilizando-se da rapina financeira praticada pelas altas taxas de juros internacionais e ditando medidas econômicas de retrocesso e incremento da extração da mais valia. A drenagem de uma parcela significativa de capital financeiro para as metrópoles serviu para adiar uma crise de maiores proporções nas hostes imperialistas e para desencadear a falência geral dos Estados semi-coloniais. Entretanto, esse processo deve ser ampliado para uma nova fase de recolonização. O imperialismo exige a reconcentração da economia e a transferência dos monopólios estatais e empresas privadas para seu controle direto. A destruição de forças produtivas nas semi-colônias, provocada pela quebra industrial, é uma condição para a política imperialista conseguir domar temporariamente a revolta geral das forças produtivas mundiais contidas. Embora a burguesia nacional possa manobrar para

retardar e amenizar esse processo, não há como conter seu avanço. As características da crise presente são típicas do impasse histórico do regime capitalista de produção. No seu âmbito, a única saída possível é a que o capital imperialista apresenta: destruir parte das forças produtivas, elevar a concentração monopolista e alastrar a miséria das massas. Isto é, não se apresenta como viável qualquer saída reformista à crise estrutural.

III. A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA PARA A CRISE

O desenvolvimento da luta de classes na maioria dos países e a tendência crescente à polarização revolucionária do proletariado indicam o apodrecimento das bases do regime capitalista e o avançado estado de amadurecimento das condições objetivas para a revolução proletária mundial. A necessidade da revolução socialista internacional emerge com toda força nesta situação de afundamento contínuo do capitalismo imperialista e de aumento das atividades das massas. A estratégia do internacionalismo revolucionário tem raízes nessas contradições. É a única que pode organizar o movimento das massas para derrubar a burguesia do poder, e também realizar as transformações políticas nos países socialistas, opostas à burocracia e ao restabelecimento do capitalismo.

A estratégia para a solução da crise estrutural no Brasil não é senão a do internacionalismo, isto é, da revolução e ditadura proletárias. Não existe outra possibilidade para derrotar a linha de recolonização do imperialismo e de barbarização do país. O imperialismo só poderá ser liquidado se o proletariado se estruturar em torno do objetivo de rompimento com a opressão nacional e de expropriação da grande propriedade capitalista, transformando-a em socialista.

Os reformistas, com seu antiimperialismo nacionalista, concebem a viabilidade do desenvolvimento independente do Brasil e a superação da crise sem que se ponha abaixo a classe burguesa e sem que se toque no monopólio industrial. Tal perspectiva omite o essencial na relação do país oprimido com o opressor, isto é, que sua economia está completamente integrada à mundial. O imperialismo está presente no Brasil não só pela força política, mas principalmente pelo domínio dos ramos fundamentais da

produção. Ele tem um peso determinante em nossa economia atrasada.

Diante de tal realidade, não tem o menor sentido pensar a superação da crise brasileira simplesmente através de medidas econômicas e planos de governo alheios às relações monopolistas mundiais que se sobrepõem às fronteiras nacionais e impedem qualquer reforma progressiva de peso. Pretender libertar: as forças produtivas no quadro do capitalismo, a despeito da situação de crise de superprodução mundial, é completamente utópico e reacionário, porque desarma o proletariado com a cantiga do antiimperialismo e coloca a burguesia nacional ou a pequena burguesia como fator de solução do impasse. Os adversários ou renegados da revolução e ditadura proletárias fecham os olhos para o caráter estrutural da crise (ou a tomam inconseqüente) e consideram a sua gravidade a partir de políticas e situações conjunturais, que certamente são reais, mas não determinantes.

A marca particular do estrangulamento econômico no Brasil é que este não só recebe a descarga do apodrecimento das metrópoles, como carrega as catástrofes oriundas do seu escasso desenvolvimento capitalista. A estrutura latifundiária, de um lado, e, de outro, a existência de milhões de camponeses ligados à pequena propriedade se constituem num obstáculo para se retirar o país do atraso e realizar um avanço qualitativo da produção.

Sem dúvida, a libertação das forças_ produtivas é a tarefa fundamental colocada pela situação. Não se trata de retomar o crescimento, elevando alguns pontos nos índices, e sim dar um grande salto na capacidade produtiva. Esse objetivo responde à necessidade de superar o caráter semicolonial do país e seu grande atraso econômico. Somente assim as massas poderão ser arrancadas da profunda pobreza e indigência. Isso depende de se colocar na ordem do dia a resolução das tarefas democráticas pendentes, que são a independência do país em relação à opressão imperialista, revolução agrária e ingresso das massas à civilização.

Mas essas transformações só ocorrerão se o proletariado e as massas romperem o quadro de domínio dos mono-

pólios e do capital financeiro. A ruptura com o imperialismo, o confisco dos latifúndios e a criação das condições materiais para a produção dos pequenos agricultores não se darão senão revolucionando a base de toda contradição, isto é, a propriedade capitalista. A existência de um pólo industrial concentrado e de um sistema financeiro estruturado possibilita impulsionar as transformações democráticas combinando-as com as socialistas. Os meios de produção monopolizados e o capital financeiro, uma vez estando sob o controle do proletariado, reunirão as melhores condições para desentranhar as forças produtivas. Por essas razões, a revolução proletária se impõe plenamente.

O seu conteúdo histórico econômico, no Brasil semicolonial, obriga a fundir a revolução democrática nacional, com a revolução socialista, compondo uma mesma unidade. A revolução proletária traz no seu bojo tanto a reforma agrária, quanto a coletivização socialista. Ela permitirá a: subsistência dos pequenos agricultores arruinados e o acesso às terras a milhares de camponeses e, ao mesmo tempo, colocará a grande propriedade industrial e financeira sob o controle operário. O fundamental nesta combinação está em que os objetivos democráticos se condicionam à revolução socialista. Esta abrirá as portas para reformas estruturais democráticas que; mais tarde se dissolverão com o avanço do sistema socializado. Desta forma, a revolução proletária transforma as tarefas democráticas da revolução em socialistas.

O seu conteúdo político e social está em que ela é nacional e se materializa na ditadura proletária. A maioria nacional oprimida, constituída pelo proletariado, camponeses pobres, pequenos proprietários e classe média urbana semi-proletária, terá de se levantar como uma só força para romper os laços da opressão nacional, expropriar a classe capitalista e tomar o poder pela via insurrecional. O levante

da maioria, para esse fim, terá êxito sob a direção do proletariado, que destruirá o Estado burguês e instalará um governo operário e camponês, que será um instrumento do regime estatal proletário, isto é, da ditadura proletária baseada na maioria explorada contra a minoria exploradora.

A burguesia nacional, principalmente o grande capital, não só não pode dar um salto nas forças produtivas, libertando o país da opressão nacional e solucionando o problema da terra, como se constitui na correia de transmissão das exigências do imperialismo. Tanto é que tem levantado como perspectiva a abertura do mercado, a conversão da dívida externa, a entrega de ativos fixos e a desestatização. A pequena burguesia, por seu turno, não é uma classe possível de colocar tarefas históricas devido às suas relações de dependência com a burguesia o proletariado é a força social em condições de apresentar a saída antiimperialista e anticapitalista para o estado camitoso da sociedade burguesa.

A criação das condições políticas para a revolução nacional e social passa necessariamente pela estruturação do proletariado como classe independente, organizada em torno da estratégia da revolução e ditadura proletária e pelo estabelecimento das bases da aliança operária e camponesa. A aliança do proletariado com a maioria explorada surge pelas condições da estrutura social do país atrasado e pela natureza das transformações nacionais. O fundamental é que tal aliança de classe se constitua no meio do proletariado aprofundar a polarização classista, imprimir seu programa de tomada do poder e ganhar a direção da maioria oprimida.

Está eliminada, portanto, como solução da crise, qualquer variante intermediária à estratégia do imperialismo é a do proletariado. A burguesia nacional ainda que tenha interesses próprios a defender, depende da política do imperialismo de destruição das forças produtivas, como forma de “reabilitamento” posterior do capitalismo. As tentativas pequeno-burguesas de levantar as bandeiras do reformismo democrático cairão inevitavelmente sob a dependência da grande burguesia. A revolução proletária se impõe como o instrumento para a solução da crise histórica do capitalismo, porque através dela as massas conseguirão se erguer contra o imperialismo e os latifúndios, expropriar o grande capital e organizar a economia sob novas bases.

IV. A CRISE DE REGIME

A principal característica da crise política é que o desmoronamento do governo Sarney vai muito além de um impasse específico de governabilidade da camarilha que ocupa o poder do Estado, A quebra de governabilidade exprime uma crise do regime político, isto é, que afeta os fundamentos do Estado burguês. Se se tratasse limitadamente da perda de rumo das forças que dirigem a máquina estatal, teríamos o fracasso de uma fração burguesa em detrimento de outra. A sua substituição poderia ser o suficiente para recompor a centralização, reorientar o norte político-econômico e superar o impasse. Não faltam reformistas, sindicalistas e democratizantes que vêem assim o quadro crítico. Não obstante, a realidade é bem diferente. As rupturas ocorridas no interior da Nova República, o seu naufrágio e o estilhaçamento dos partidos burgueses têm por detrás a monumental desagregação do regime de dominação. A ingovernabilidade forma parte dessa desagregação e sobre ela atua como poderosa força centrífuga.

A “Nova República”, que foi constituída pela ditadura militar, entrou rapidamente em parafuso, quando prometia abrir uma nova etapa de estabilização, não apenas porque foi dominada por uma fração oligárquica continuísta, mas, em primeira instância, porque se chocou de frente com a crise estrutural do capitalismo. O fato da burguesia ser obrigada, sob a proteção do imperialismo, a realizar a transição democrática de forma a preservar as bases do antigo regime militar, retocando-o com semi-reformas constitucionais, demonstrou a impossibilidade de se livrar das raízes da crise política. A abertura de uma etapa convulsiva e de desorganização da vida econômica do país tornou o regime militar superado diante do rompimento das relações de classe, impostas pela contra-revolução de 64/68. Esse processo, ao contrário de ter se dissipado, desenvolveu-se em grande magnitude. No último período do governo Sarney, as contradições se agigantaram através do acúmulo sucessivo de crise sobre crise.

O governo Sarney foi tipicamente experimental. Fruto de uma solução de compromisso, se compôs por intermédio da aliança dos dois maiores partidos oficiais. Ela respondia à estratégia tancredista de restabelecimento da unidade nacional cindida com a quebra da centralização burocrática militar do Estado. Antes se tratava da unidade da classe burguesa sob a forma

de ditadura militar contra as massas. Depois, o problema era restabelecê-la por intermédio das relações “democráticas”, readaptando seus vínculos de dominação com os explorados. Desta forma, a “Nova República” nasceu sob o signo da Aliança Democrática, capitaneada pelo PMDB, que logo expôs sua impotência frente à crise econômica, que destruiu sua estratégia democratizante como um castelo de cartas. Assim teve lugar os mais disparatados experimentalismos, que se estenderam desde os planos econômicos heterodoxos - uma mistura de interesse de frações da burguesia nacional com os do imperialismo - aos planos mais ortodoxos, isto é, pró-imperialistas. Em todos esses casos a burguesia se manifestou dividida, porque nenhuma das variantes atendia aos interesses gerais e nem podia solucionar de fato os males da economia.

As tentativas de estabilização, ao inverso, aceleraram a dinâmica da crise e avolumaram seu potencial convulsivo. O Plano Verão teve um poder de divisão interburguesa extraordinário, pois colocou a FIESP e a CNI em atrito, distanciou momentaneamente o governo do Parlamento ultraencastrado e colocou o Estado e a classe burguesa em rota de colisão com a maioria nacional, dando lugar à combativa greve geral de 48 horas e o desencadeamento de uma das maiores ondas grevistas conhecidas no país. Em todos os experimentos, o que teve em tela foram as tentativas de semi-resistência às pressões imperialistas, de um lado, e de acatamento a orientação das metrópoles, de outro. As tímidas rejeições de Funaro ao FMI se mostraram inócuas. E a linha francamente pró-imperialista de Mailson veio num momento de muita dispersão da burguesia e encontrou nas massas um vigoroso oponente. A fração da grande burguesia, associada ao imperialismo, apoiou o Plano na esperança de se avançar rapidamente no leilão das estatais, abrir mercado para o capital estrangeiro, reestruturar o poder de financiamento do parasitismo dos investidores do mercado de capitais e abocanhar uma maior fatia da mais valia. Entretanto, essa fração não galvanizou todo potencial da burguesia nacional e o apoio completo dos maiores partidos burgueses, envoltos num processo de divisão interna, agravada com os resultados das eleições municipais. Diferentemente dos demais planos, esse último foi uma decisão isolada do governo, premido pelo descontrole e submetimento a uma forte pressão desintegradora. A manobra do pacto social foi água abaixo e acabou distanciando os apanin-

guados do Planalto na nova aventura pró-imperialista. Apesar disso, a orientação voltada à execução da estratégia de recolonização do imperialismo e de retrocesso das forças produtivas continua a ser a tendência geral da situação, que coloca a permanência da polarização das classes.

Esses fatos demonstraram que a bancarrota do governo Sarney é o resultado de sua impotência em unir a burguesia em torno de qualquer uma das variantes apresentadas. Tornou-se imprestável para os seminacionalistas. Não conseguiu ir a fundo nas medidas pleiteadas pela FIESP, apesar de colocá-las em foco. Serviu ao imperialismo às meias, ainda que tenha avançado no entreguismo. E armou contra si um movimento de massas tendente a se transformar em luta política, encabeçada pelo proletariado revolucionário. Essa mecânica explica o porquê do governo Sarney passar todo tempo administrando sua própria crise. Não houve um só momento em que descansou dos tremendos choques, a ponto de volta e meia evocar o golpismo. Neste instante decretou a lei de greve que faz inveja aos fascistas, e ameaça desfechar o Estado de Defesa para breçar o ascenso grevista. Fica claro que a agudização do fenômeno da crise política está em que em torno da abertura democratizante, as várias frações da burguesia e as classes antagônicas se colocaram em conflitos de diferentes teores. A fração pró-imperialista agiu motivada pela tendência internacional do capital. Aquela mais ligada ao processo estatizante e ao mercado interno passou a se defender contra mudanças desmesuradas a favor da recolonização. O espectro de uma quebra geral das pequenas e médias empresas colocou esse setor numa posição de rejeição à via recessionista. O imperialismo intensificou o cerco de sua estratégia, utilizando-se da dívida externa. E o proletariado aproveitou para deslanchar a luta de classes. Enquanto a burguesia se dividiu, o proletariado ganhou em unidade, o que confere um caráter explosivo para a situação. A estratégia de construção da unidade nacional, articulada pelas forças burguesas, conclui num esfacelamento ainda maior.

O comportamento da burguesia em relação à Constituinte foi uma das comprovações mais definitivas da sua falência histórica. Não só não se colocou pela resolução das tarefas nacionais, como entrou mudanças mínimas, chegando a deixar a regulamentação da Constituição para o futuro Congresso Nacional. Desta forma, a Constituinte, que foi propagandeada

como o centro e o ápice da democratização, acabou sob a tutela dos generais, preservou os interesses já implantados do imperialismo e serviu à UDR em sua luta contra os camponeses. Aquilo que deveria ser o palco das grandes questões se mostrou cabalmente reacionário. Os partidos democratizastes tanto puseram em relevo sua esterilidade, quanto expressaram a posição social reacionária da burguesia. Embora a Constituinte não atraísse a atenção da maioria nacional, porque em nenhum momento refletiu o deslocamento das massas, foi uma experiência decisiva para demonstrar a inviabilidade da burguesia encabeçar qualquer movimento progressivo de transformação democrático burguês. A submissão do PMDB aos militares na campanha das diretas já havia exposto essa questão, mas com a Constituinte a experiência se completou como definitiva.

A burguesia semi-colonial está concretamente diante de um processo revolucionário que se gesta no seio da crise e não tem como se colocar na direção do movimento nacional. Não pode apresentar os meios para a consecução de reformas estruturais, porque se acha submetida aos opressores estrangeiros e entrelaçada à oligarquia fundiária. Em razão da sua situação de classe semi-oprimida pelo imperialismo, chega a esboçar alguma resistência em relação a alguns pontos mais caros para seus interesses. Mas quando empurrada à borda do abismo da crise econômica e confrontada com o crescimento social do proletariado, se solda com os opressores nacionais na defesa dos interesses mais gerais capitalistas. Em função disso acompanha a tendência dominante mundial de estagnação e mutilação das forças produtivas. A posição reacionária da burguesia nacional expressa seu completo esgotamento como classe dominante. A fonte da crise política atual reside precisamente neste fenômeno histórico. É ela que determina seu conteúdo e confere o caráter de crise de regime.

O Estado burguês se encontra em total contradição com a necessidade de desenvolvimento das bases materiais da sociedade. A sua função se reduz a sustentar a ditadura da classe burguesa. Em situação de crise, a rebelião das forças produtivas contra a propriedade dos meios de produção, e distribuição atinge, os fundamentos estatais e ressalta seu caráter reacionário. Isto é, o estado passa a exercer o papel exclusivo de destruição das forças produtivas e de violência reacionária contra as massas. Ao se chocar frontalmente com as forças produtivas, tende a se desintegrar colocando a

necessidade de sua superação pela revolução proletária. A crise governamental é um sintoma dessa desintegração; é uma extensão da crise do regime político.

A burguesia tudo faz para dar a aparência de uma simples crise de política conjuntural. E as direções pequeno-burguesas se negam ver a amplitude do desmoronamento do regime burguês, para apresentar o democrático reformismo com alternativa à estratégia da revolução. Entretanto, o desmoronamento contínuo dos pilares do Estado (governo, Congresso, partidos), que caminha por atingir seu último reduto, as forças armadas, exprime com clareza o amadurecimento de uma situação revolucionária. Trata-se, evidentemente, de um processo em andamento, cujo ritmo poderá se acelerar ou retardar dependendo de inúmeros fatores; entre eles a fundamental estruturação independente do proletariado e a conduta de suas direções. Muitas manobras deverão ser realizadas pela burguesia para evitar o agravamento da crise, mas os fatores reunidos indicam que o curso geral dos acontecimentos não poderá ser mudado, a não ser pela revolução ou contra-revolução, que são as duas forças presentes desde agora na situação. Cabe ao proletariado a tarefa de aplainar o terreno para a chegada de uma crise diretamente revolucionária, construindo o programa da emancipação, formando os organismos de poder de massa (soviets) e aprimoramento da sua tática revolucionária para a tomada do poder.

V - O EIXO REVOLUCIONÁRIO DA SITUAÇÃO

O grande ascenso grevista é o eixo revolucionário da situação. O levante de massa tem permitido aos trabalhadores se deslocarem da influência política da burguesia, se unificarem contra ela e se defrontarem com o Estado. Através da ação direta, o proletariado vem se destacando como a principal força pelo seu radicalismo e pelo métodos ofensivos às relações de propriedade. A pequena burguesia semi-proletarizada, por sua vez, tem evoluído progressivamente para as formas de luta da classe operária. No campo, igualmente, a luta direta pela terra se acirrou e cresceu a violência dos fazendeiros. A evolução do movimento grevista, desde as massivas ações metalúrgicas do ABCD em 79/80, indica um profundo deslo-

camento do proletariado e das massas para posições de confronto classista. De 695.930 grevistas em 1982, houve um salto para 12.047.000, em 1987. Estima-se em 89 cerca de 30 milhões. Segundo dados oficiais, ocorreram 9.413 greves no período de 4 anos e 4 meses do governo Sarney. O quadro configurado atualmente é este: o ascenso grevista se espalhou, atingindo os rincões mais distantes dos centros industriais. A greve geral de 48 horas foi utilizada como manifestação nitidamente política contra Sarney e a opressão de classe, ultrapassando em muito a greve geral de 1986. Em algumas regiões até barricadas foram levantadas. Depois dela, a onda grevista continuou insistindo. Armou-se melhores condições ainda para uma greve geral por tempo indeterminado. Assinalou-se a via da greve com ocupação e com manifestações de rua. Essas características são de amadurecimento político objetivo das massas embora tenham sofrido muitas derrotas econômicas.

O avanço massivo das greves um respondido à evolução da crise econômica e do regime político. Conforme o governo despeja mais agressiva, ante a crise sobre os assalariados, as tendências revolucionárias se acentuaram através de mudanças nos métodos da ação direta. A divisão corporativa e a concorrência entre os próprios explorados, criadas pelos capitalistas e mantidas pela burocracia sindical, começam a se romper, dando lugar à unidade de classe. As greves passivas se tornam ativas, desencadeando movimentos de rua e de ocupações dos locais de trabalho (Volta Redonda, Manesmann, etc). A repressão passa a ser encarada como um obstáculo a ser enfrentado. As massas se colocam numa atitude de sacrifício, alongando admiravelmente as greves e enfrentando as demissões. A burocracia sindical mais à esquerda começa a ter dificuldade em controlar a agressividade dos trabalhadores, que extrapolam os limites da disciplina corporativa e democrático-burguesa. Assim, a luta de classe salta das suas formas elementares, moleculares para as mais elevadas de ação de massa, piquetes de choque, arrastões, barricadas e ocupações pela força das fábricas. Os movimentos da pequena burguesia semiproletarizada se formam em gigantescas passeatas e se direcionam para o choque contra o governo-patrão.

Em contraposição, a burocracia sindical se esforça por reduzir o impacto dos deslocamentos de classe, utiliza o garrote democratizante, se apóia nas ameaças golpistas para amedrontar a faixa mais atrasada, e busca

a negociação corporativa como meio de esvaziar a unidade classista. Devido a enorme impopularidade dos partidos burgueses democratizantes, o governo não tem outro recurso senão militarizar as greves. Enquanto a burguesia puder derrotar as revoltas isoladas, o seu governo as tolera, mas quando se tornam um levante geral e colocam o proletariado como direção, este evoca abertamente a ditadura de classe. A ameaça com o golpe militar, com a decretação do “Estado de Defesa” e desfecha a perseguição às correntes à esquerda do movimento operário. A burocracia sindical, que tem interesse de casta a preservar, serve de correia política para as pressões ditatoriais do governo, trabalhando por desarmar o confronto. A quebra da continuidade da greve, geral teve sua causa no freio burocrático. E também o que aconteceu em toda presente jornada de luta, em que a burocracia centrista da CUT jogou um papel de quebra das greves, principalmente no ABCD. E o PCB, PCdoB, PV fizeram campanha aberta contra a radicalização operária e em defesa do Estado democrático.

A constituição de um movimento de maioria nacional põe em cheque a política econômica de Sarney. A ameaça do movimento de massa a esse governo é um dos fatores de instabilidade do regime político. Essa é a razão fundamental da enorme campanha burguesa contra o grevismo e a violência das greves. E, também, por reduzir o seu potencial revolucionário, canalizando-o para o conduto eleitoral, isto é, para as manobras burguesas da democracia como instrumento de substituição de Sarney por um “governo legítimo” e como meio pacífico para a solução dos agudos confrontos de classe. Ao contrário, o fortalecimento do eixo grevista e das ocupações, em oposição aos limites disciplinadores da burocracia sindical e do democratismo eleitoreiro, é uma tarefa fundamental para a defesa estratégica da revolução e ditadura proletárias. A coesão do eixo grevista e a ampliação da luta pela terra se constituem no principal meio para transformar as tarefas democráticas e nacionais em alavanca para o combate contra o grande capital e pela tomada do poder pela via direta. Toda linha que enfraqueça o eixo revolucionário da situação ou que o dissipe deve ser rechaçada intransigentemente, pois se coloca na posição da anti-revolução ou da contra-revolução.

VI - A ESTRATÉGIA POLÍTICA BURGUESA

As eleições são o campo próprio da política burguesa. Trata-se de um mecanismo formativo do aparato estatal. Através delas a burguesia utiliza as massas, de quando em quando, para eleger o parlamento e o governo e para aparentar a existência da soberania popular. O parlamento e o governo eleitos, na realidade, exercem o poder dos capitalistas contra as massas. A democracia formal é manejada como um disfarce para a ditadura de classe. É uma das formas dos exploradores sustentar e praticar o seu poder despótico. Ao mesmo tempo em que forma parte do regime político, funciona também como meio de engano e de subordinação do proletariado às relações do Estado. Enquanto os assalariados se encaixarem nos moldes eleitorais e apoiarem os partidos burgueses, carecerão de independência de classe e o Estado permanecerá a salvo. Isso significa que os trabalhadores estão ludibriados com as possibilidades da democracia formal e não descobriram suas próprias forças. Essa é a razão pela qual as eleições e o parlamentarismo são os principais recursos políticos para os capitalistas preservarem a sua dominação pela “via pacífica”. A eventual utilização da luta eleitoral pela vanguarda proletária não transforma as eleições em um canal para se chegar ao poder, pois elas não são o campo próprio de luta da classe operária.

Ainda sob o regime militar, os trabalhadores se lançaram à ofensiva grevista, mas permaneceram imediatamente no plano sindicalista. A campanha das diretas não chegou a se assentar em lutas grevistas. Pelo contrário, os partidos democratizantes deram a ela uma característica pacífica e institucional. Por essa razão, foi muito mais um movimento de classe média. Durante algum tempo, o proletariado caminhou atrás do PMDB, ludibriado pela retórica democratizante “reformista”. O PMDB, de partido minoritário, se tornou hegemônico nacionalmente. Obteve uma posição privilegiada junto às massas ao dirigir a campanha das diretas. Mas, em pouco tempo, revelou sua face capitalista. Quebrou esse movimento ao submetê-lo ao parlamento e ao desviá-lo da tarefa central de derrubar a ditadura militar. Assim, impediu que o proletariado, através do ascenso grevista, se colocasse à cabeça de um amplo movimento pela derrocada da

ditadura. A “Nova República”, parida nesse processo, logo se voltou taxativamente contra os assalariados. No transcurso da abertura política a classe trabalhadora pôde tirar muitas lições das experiências com os democratizantes. A estratégia democrática revelou ser uma arma para os capitalistas descarregarem a crise sobre a maioria e as eleições um meio de controle político.

Por intermédio dos recursos democráticos burgueses, os partidos oficiais, apoiados pelos estalinistas na frente democrática, lograram utilizar a pequena burguesia como ponta de lança da estratégia de acordo nacional. Os golpes da crise econômica e a necessidade do capital sobreviver à custa do empobrecimento das massas desmascararam, rapidamente, a ilusória viabilidade de uma verdadeira democracia de Estado e sobre as possibilidades de se solucionar as condições catastróficas através da via parlamentar, da negociação sindical e do pacto social. Não tardou para o governo da Aliança Democrática se desmanchar num governo de ditadura civil e os partidos burgueses revelarem a ausência total de raízes populares. O desmantelamento do governo da AD deu lugar a uma significativa quebra partidária, refletida no crescimento eleitoral do PT nas municipais. Mas o fundamental é que essa quebra ocorreu numa situação de evolução política do operariado e de polarização de classes na qual a burguesia se encontra dividida e os explorados mais coesos. Tal evolução significa que o proletariado caminha no sentido de se lançar ao combate político antiimperialista e antiburguês, levantando um programa próprio através do método dueto de ação.

Tanto a fragmentação burguesa quanto o ascenso grevista têm origem na manifestação da crise estrutural. O enfraquecimento político-ideológico dos capitalistas junto às massas favorece enormemente o crescimento do combate. À medida que a centralização das forças burguesas do Estado se torna mais frágil, mais as massas ganham confiança nos seus métodos de luta e se distanciam da política burguesa. Embora as frações patronais se unam inevitavelmente perante o perigo de um movimento nacional, no atual estágio, permanecem ainda fraturados, o que favorece a conquista de posições pelo proletariado na luta de classes. Esse é o grande problema tanto para a burguesia quanto para o proletariado. Aos exploradores, a questão se resume na reconstrução da unidade do Estado, na recuperação do poder do regime político e, portanto, no rompimento da coesão nacio-

nal grevista. Aos trabalhadores, trata-se de golpear ainda mais o regime político, avançando na ação direta e na sua auto-organização.

Um golpe militar e a centralização ditatorial seria o remédio mais eficaz. Mas falta à reação preparar o terreno. As condições para um ato de força dessa natureza não estão plenamente dadas, embora, possam ceder lugar a aventuras. A burguesia terá ainda de jogar com as armas democráticas disponíveis, contando para isso com a colaboração dos democratizantes de esquerda. Nesse sentido, as eleições presidenciais terão um papel extraordinário para se lançar uma ofensiva burguesa contrária ao processo de cisão de sua organização estatal e ao levante nacional grevista. O caminho será o de apresentar a perspectiva de um novo governo burguês, apoiado popularmente e destinado a promover um pacto nacional. Isto é, um governo que reconstitua minimamente a centralização estatal, para se reabastecer e voltar à carga contra as massas. Essa possibilidade conjuntural poderá se concretizar mediante o desvio do eixo grevista, o reavivamento das ilusões democráticas na pequena burguesia e na camada mais atrasada do proletariado.

A utilização democrática da pequena burguesia, nestas eleições, contra o proletariado é uma questão central de tática burguesa para recrear o eixo revolucionário em pleno desenvolvimento. A ofensiva reacionária contra as greves ativas vem nesse sentido. A volta da classe trabalhadora ao leito passivo ou a uma situação de compasso de espera é uma condição para a burguesia tomar respiro e rearmar o seu exército político em frangalhos.

Opostamente, se as eleições se processarem em meio ao combate direto das massas, não poderão ter o efeito desarticulador dos explorados e estruturados dos exploradores. Num clima de paz social, os partidos burgueses terão maiores chances para utilizar o poder de corrupção política, de distração dos reais problemas e de negação dos passos de independência política conquistados pelo proletariado. Embora qualquer governo que saia das eleições será de crise, isso não justifica o mínimo de retrocesso ou de atraso no avanço da luta de classes. Uma quebra, por momentânea que seja, na trajetória de superação das ilusões na política democrática burguesa resulta num obstáculo ao caminhar independente do proletariado. Um recuo das massas, sob a pressão dos democratizantes, redundará na abertura de espaço para as forças da reação.

As dificuldades dos partidos, que encabeçaram ou que apoiaram os planos antioperários da “Nova República”, em atrair os trabalhadores nas eleições residem na presença do monumental movimento de massa. O impasse eleitoral burguês não tem origem fundamentalmente nas relações democráticas e sim no despreendimento das massas que se movem no sentido oposto da camisa de força institucional burguesa. A utilização das ilusões democráticas e as promessas golpistas são o ingrediente para esvaziar o ascenso. E tudo será feito para se barrar o processo de divisão dos principais partidos e apresentá-los como o seguro da democracia. Para isso, o poder econômico será utilizado mais do que nunca. No terreno eleitoral, não se deve descartar o reerguimento dos velhos democratizantes. Como válvula de escape, a burguesia conta com a alternativa do PDT, que, pelo fato de se esconder sob o manto da “Nova República” e, ao mesmo tempo, se vestir de oposição social-democrata, se apresenta apta para a meta de estrangulamento político dos trabalhadores.

Resta o PT como uma peça contraditória. Nas municipais, uma importante parcela dos oprimidos se deslocou para o partido como resultado de uma virada à esquerda. Nos locais onde a luta de classes mais evoluiu, o PT galvanizou o deslocamento dos oprimidos. O problema que se coloca para os capitalistas é o de pressionar com todos os dados possíveis para que o PT se adapte a fundo na política eleitoral se submeta à disciplina estatal. A sua política de democratização facilita as pressões burguesas. É do interesse da patronal que o PT estructure um embrião de frente popular democratizante e que, por essa política, se apresente como um gargalo afinado para o movimento grevista e para a independência de classe do proletariado.

Uma vez que o PT tem influência decisiva no interior da CUT, e essa se constituiu na direção nacional dos explorados, a sua completa integração nas instituições cortaria o processo de organização própria dos trabalhadores. Independente do PT ganhar ou não as eleições, a sua inserção no âmbito eleitoral em detrimento do desenvolvimento do eixo grevista e a sua defesa da estratégia democrática são aguardados pela burguesia, pois poderá vir a ser um trunfo para o Estado nas circunstâncias de explosão das contradições e de perda do controle burguês dos choques de classe, o que já vem ocorrendo. Caso o PT se transforme, de fato, num elemento de polarização nas eleições, o que essencialmente contará é se a polarização se

dará entre o pólo da reação e o da revolução, o que seria uma anomalia no quadro eleitoral. Na realidade, resta uma possível polarização entre duas estratégias democratizantes que anulariam, no final das contas, o ímpeto revolucionário das massas. Esta possibilidade torna mais premente à defesa da utilização revolucionária das eleições, em contraposição ao democratismo pequeno burguês.

Os magnatas aceitam o PT, mesmo à contra vontade, até o limite da estratégia de defesa do Estado e de respeito à propriedade privada. Eles sabem perfeitamente, como a vanguarda militante consciente também o sabe, por experiência histórica, que os partidos democratizantes de esquerda não poderão dirigir conseqüentemente o movimento de emancipação social do proletariado. Poderão fazer parte do aprofundamento da crise do regime, mas não terão como solucioná-la, porque implicaria na destruição revolucionária do poder burguês. A luta da burguesia, neste sentido, não se concentrará apenas na reestruturação de seus partidos senis, mas também no objetivo de transformar o PT em uma barreira para o combate direto dos assalariados. À vanguarda proletária cabe a tarefa de rejeitar o campo eleitoral como instrumento burguês de reerguimento do regime em crise, se opor ao frentismo eleitoral, à estruturação da frente popular e voltar todo esforço para o impulso do movimento grevista, pela frente revolucionária antiimperialista e pela estratégia de tomada revolucionária do poder.

VII.-. A ESTRATÉGIA DEMOCRATIZANTE DO PT

A corrente Articulação, que dirige o PT, rejeita a estratégia da revolução e ditadura proletárias como a única via possível para se derrotar o imperialismo e a burguesia associada, implantar as tarefas nacionais e realizar simultaneamente as transformações socialistas. Por essa razão, descarta a tática revolucionária correspondente ao objetivo de tomada do poder pela insurreição de massa. Apesar de negar a teoria do etapismo, que prevê uma primeira fase da revolução democrática burguesa muito bem definida em relação à revolução socialista, não faz outra coisa senão readaptá-la. A adaptação consiste em que a Articulação elabora a concepção de que da estratégia de democratização do Estado burguês o partido poderá extrair os

meios para mudanças socialistas. A condição para se chegar ao socialismo é dada por uma etapa de reformas políticas, econômicas e sociais. Nesta fase, de democratização e reformas do capitalismo, as massas acumulariam forças, tendo o PT como governo, e poderiam apoiar o partido no seu conflito com a classe burguesa. O socialismo seria uma estratégia evolutiva da democratização e da participação popular no poder do Estado. Isso explica porque a Articulação nega terminantemente unir as tarefas nacionais e democráticas com as de cunho socialistas. Escorada num empirismo banal, defende que seria aplicável, na atual situação, somente um programa democrático-popular que se resume na democratização do Estado e da economia e no estabelecimento de um novo tipo de relação com os credores imperialistas. A tarefa de expropriação da grande propriedade é impensável neste momento. Na verdade, é impensável em toda e qualquer circunstância para os democratizantes da Articulação. Por mais que se esforcem, não têm como esconder essa orientação etapista e social-reformista.

O fato é que a essência da política traçada pela direção majoritária se resume na estruturação do PT como uma esquerda nacional adaptada às condições do atual estágio da crise. Trata-se, como a própria Articulação qualifica, de uma alternativa democrático-popular para dirigir o Estado burguês. Nessa visão, o PT desponta como uma possibilidade de governo que fecharia o ciclo da chamada “transição conservadora” e abriria um processo de democratização e reformas, destinadas a tirar o país do precipício. Assim, amparado na estratégia democrático-popular, o PT se apresenta como um substituto dos partidos burgueses democratizantes, que faliram nos seus propósitos de erguer uma ampla democracia social representativa. Dela decorre a falácia do conteúdo antiimperialista, antimonoplista e anti-latifundiário do governo democrático popular, que a materializa. Não tem porque esse governo de esquerda democrática ser um instrumento de ruptura com o Estado e com o capitalismo, como pretendem os pseudo-trotskistas ou como querem os etapistas oriundos do estalinismo (PRC). Um governo democrático, alçado ao poder pelo voto, não é um governo revolucionário apoiado nas massas organizadas, e não poderá vir a sê-lo. Ele é o produto da estratégia de adaptação do PT ao Estado, que, tanto pelo programa reformista quanto pela tática traçada (o eleitoralismo), o submete aos liames do poder estatal e às relações de propriedade imperan-

tes e de opressão nacional.

Não é por outra razão que a Articulação, “contraditoriamente”, afirma que as reformas estruturais, por exemplo a reforma agrária, demandarão lutas sociais, mas deverão ser implantadas de forma democrática, isto é, através do parlamento e da ação governamental. O oposto seria a expropriação revolucionária que se opõe a “forma democrática”, porque as massas a efetuam pela luta direta de classe. Mas o PT pensa, com seu governo democrático, combinar as pressões sociais, limitadas aos ditames da propriedade capitalista, com a ação democrática (parlamentar) para obter reformas e concessões da classe burguesa. Tal perspectiva coloca o PT numa posição de conciliação de classe. Por um lado, pretende se apoiar na inevitável mobilização social para reunir forças a favor de reformas negociadas (democrática) e de resistência parcial à opressão nacional, por outro, se estribar nas relações de propriedade para disciplinar a ação das massas ao quadro democrático.

Isso explica porque a tática de coligação e a orientação voltada por constituírem um governo de coalizão com setores da burguesia (PMDB, PDT, PSDB) ocupam uma função de destaque na resolução do V Encontro. A Articulação admite a existência de uma fração burguesa progressiva interessada em reformas e a sua imprescindível participação no governo democrático popular como avalista do seu caráter de conciliação de classes. A noção de que o governo democrático seria sustentado pela aliança do proletariado com os pequenos e médios produtores está colocada de ponta cabeça. Na verdade, trata-se de um governo enraizada nos setores da burguesia média, representantes de uma parcela do capital nacional encurralada pelos monopólios, e na pequena burguesia mono: arruinada. O proletariado e as massas empobrecidas servem de acento para tal governo pequeno burguês conseguir acionar a máquina estatal, que permanecerá sob o controle do grande capital e da tutela militar. O exposto desnuda a utopia dos social-reformistas de esvaziar o Estado de suas funções de ditadura burguesa, de livrá-lo da portentosa presença dos monopólios e colocá-lo a serviço de um capitalismo popular. Se no novo “etapismo” não se tem a burguesia nacional como a classe destinada a fazer a revolução democrática burguesa em compensação se concebe uma aliança com as frações do capital nacional como condição para as reformas, retomada do cresci-

mento econômico (mercado interno) e negociação da dívida externa. A pretensão desta diretriz é espantosa, pois encampa o objetivo de emancipação nacional sem pretender a quebra do poder burguês. Se, de um ponto de vista, essa posição revela a impotência da própria burguesia nacional de desenvolver a economia de forma independente (a ponto do PT pretender tutelá-la com um governo pequeno-burguês) de outro, acobertada pelo “socialismo reformista”, prepara o caminho da derrota do movimento revolucionário, o qual vem amadurecendo desde a década de 70.

O fundamental a se compreender é que frente à crise capitalista todas as classes objetivamente se movimentam numa ou noutra direção. A grande burguesia age em conformidade com a natureza da etapa monopolista, destruindo e bloqueando as forças produtivas. Esta é a sua forma de dar continuidade ao regime de exploração do trabalho. A camada mais poderosa do capital nacional reflete essa posição, pois não há nenhuma revolução democrática que possa fazer. A camada mais baixa do capital é completamente impotente e está amarrada à hegemonia monopolista. Por cima tem de suportar o peso dos magnatas e por baixo é acossada pelo proletariado. A pequena burguesia, por sua conformação social, não tem como encabeçar um movimento independente frente ao capital. E reluta em passar para o lado do proletariado. Por isso serve de base social, até certo ponto, para as direções pequeno-burguesas ascenderem como força política, facilitadas pelo impasse burguês e pelo apoio da burocracia sindical centrada, que controla o movimento operário, procurando mantê-lo no atraso. A Articulação, com todo o seu arsenal democratizante reformista, expressa tais relações de classe no interior da crise. E está conseguindo progredir, mesmo com uma política completamente impotente, graças à confluência desses fatores.

O proletariado, pelo contrário, se distingue completamente. Embora esteja sob um relativo controle das direções burocráticas, insurge cada vez mais ameaçador, extrapolando a demarcação do “status quo”. Objetivamente se projeta como classe revolucionária capacitada a dirigir o poder do Estado em aliança com a maioria oprimida e contra os capitalistas. Um dos primeiros traços concretos que indicam essa posição histórica do proletariado é como este tem se colocado em confronto com a propriedade capitalista e o Estado, isto é, como força que interfere diretamente na economia. Nestas jornadas grevistas, o conflito aberto pelos petroleiros, as ocupações

metalúrgicas de fábricas e os arrastões de massas põem de manifesto o papel revolucionário do proletariado. Nenhuma outra classe pode substituir a burguesia no Estado, senão o proletariado. E essa tarefa somente se realizará pela revolução. A derrubada da burguesia do poder político se dará num processo social em que as tarefas nacionais surjam para as massas como um imperativo para tirar o país do atraso e da miséria. Desta forma, o proletariado levanta que tais objetivos não terão lugar dentro do capitalismo e não estarão voltados para reformá-lo. Eles servirão, sim, de ponto de apoio para tomar o poder e serem transformados em socialistas.

A estratégia pequeno-burguesa do governo democrático popular e a tática eleitoralista são um antídoto a esse objetivo histórico do proletariado. Em hipótese alguma pode passar como fazendo parte dele. Para isso há que se delimitar claramente as três principais linhas de classe perante a crise: 1) a da grande burguesia (destruição das forças produtivas e desnacionalização); 2) a da pequena-burguesia acomodada (o reformismo democratizante); 3) a do proletariado (revolução nacional e social e ditadura proletária). A vanguarda classista logrará ajudar o proletariado a se constituir como força hegemônica caso leve a fundo o combate contra toda influência burguesa e pequeno-burguesa. Essa última é a que mais oferece dificuldades porque se veste de socialista, se liga à burocracia incrustada no movimento operário e corrompe a vanguarda com o eleitoralismo. A intervenção no PT deve se concentrar solidamente no desenvolvimento da linha do programa e da estratégia revolucionária, oposta frontalmente à estratégia e a política do V Encontro.

VIII - O MOVIMENTO SINDICAL

O proletariado deu passos significativos na sua organização independente. A transformação generalizada dos sindicatos em instrumentos de massa é um dos aspectos mais importantes desse avanço. O movimento sindical já não se restringe a alguns ramos da produção. Ele abarca milhões de trabalhadores dos mais variados setores e continua em pleno crescimento. A afluência em grande escala aos sindicatos representa um profundo deslocamento das massas, provocado pela intensificação da opressão de classe, pelo acúmulo da miséria e pela desagregação capitalista. A grandiosa

corrida dos assalariados às assembléias e manifestações não apenas têm pressionado no sentido da desburocratização dos sindicatos, como posto objetivamente a necessidade da quebra do corporativismo sindical. A tendência e unificação dos combates e à explosividade verificada na greve geral de 48 horas são expressões dessa necessidade. A burocracia sindical, dos mais variados matizes, está sendo poderosamente pressionada pela eclosão simultânea de inúmeras greves. E, diante das iniciativas governamentais de mais arrocho, se vê obrigada a lançar mão da greve geral. Entretanto, não vai a fundo na tarefa de unificação das campanhas e não desenvolve toda potencialidade existente na greve geral. Constantemente, trabalha pela contenção grevista até onde pode e aproveita de sua posição de direção para retroceder a luta geral a formas moleculares, já superadas pelo próprio movimento e pela crise. Isso diz respeito não só ao “sindicalismo de resultado” de direita, que abertamente sabota a ação unitária de massa, mas também à posição majoritária da CUT. O fato é que o levante generalizado dos trabalhadores vem colidindo, de um lado, com a burocracia organicamente pró-patronal da CGT, e de outro, menos intensamente com a burocracia reformista da CUT, que concebe o sindicalismo adaptado aos estritos limites do capitalismo. Uma ampla unificação das massas e o combate centralizado permitiriam à classe trabalhadora superar a divisão imposta pelos capitalistas e sustentada pela burocracia sindical. Por essa razão, tal fenômeno de massa se choca ao mesmo tempo, contra a política opressiva do governo e a política sindical burocrática reformista. E coloca um dos problemas estratégicos decisivos para golpear a ofensiva patronal e a disciplina corporativa das lideranças burocráticas: o da estruturação nacional do proletariado como dirigente da maioria explorada e da centralização do movimento de massa em contraposição à centralização estatal da burguesia. Este é o centro da luta no movimento sindical e da vanguarda revolucionária.

Nas atuais circunstâncias, não há como se levantar essa questão senão a partir da CUT, pois ela é uma das grandes conquistas do movimento operário. A CUT resultou do processo de ascenso e de crise política da burguesia. A retomada das greves em 79/80 rompeu o quadro de domínio incontestável do capital. O aparelho sindical estatizado pelos governos militares veio abaixo. A burocracia reacionária perdeu seu domínio. Surgiu a corrente dos “autênticos”, apoiada no ascenso. O impulso das greves

obrigou a uma progressiva diferenciação no movimento operário. De um lado, se alinhou a velha burocracia e os estalinistas na CGT; de outro as novas lideranças, que construíram a CUT. A CGT foi articulada com o claro propósito de preservar as relações de estatização dos sindicatos, a tal ponto que, nesse momento, está sob o controle total da direita pró-imperialista (Magri/Medeiros). A CUT foi fruto das necessidades de organização classista nacional, assentada na luta de classes. Por essa razão, se implantou rapidamente em todo país, enquanto a CGT não deixou de ser um aparelho vazio, cuja força reside em alguns sindicatos fundamentais sob o controle da camarilha que sobreviveu.

A construção da CUT foi uma obra progressiva dos autênticos (lulistas) porque deu forma organizativa à tendência objetiva de independência do proletariado e à necessidade de centralização nacional. Não obstante, a liderança lulista tinha e tem seus fins próprios, que não coincidem com o objetivo estratégico do proletariado de emancipação social. Tais propósitos se resumem na obtenção de postos de interlocução entre o movimento das massas e a burguesia. Isso confere ao lulismo uma característica de burocracia centrista, pois se apóia na luta dos trabalhadores não para avançar ao combate anticapitalista, mas para negociar alguns pequenos benefícios com os exploradores. A luta reivindicatória, que deve ser um meio para o proletariado se organizar contra o poder capitalista, se torna um fim em si mesma nas mãos da burocracia centrista. Não é outra a razão da direção cutista considerar a greve, primordialmente, como fim de negociação com os capitalistas e não como um instrumento para impor derrotas à burguesia pela força e para se preparar o terreno da luta pelo poder. Essa orientação burocrática conciliadora chega ao ponto de, em certas circunstâncias, renunciar à defesa elementar das reivindicações dos assalariados. A greve geral de 48 horas, por exemplo, só foi acionada quando a direção da CUT esgotou todas as negociações com o governo e quando finalmente o parlamento apoiou o Plano Verão. Quando não houve outro jeito, então, a greve foi decretada com limites. E não é que não se deva negociar em hipótese alguma, mas a negociação deve ser um subproduto do choque direto e um meio para ampliar o confronto. Quando é utilizada para se evitar o embate ou para reduzi-lo em sua força, se constitui numa mera chave da política reformista de conciliação de classe. Um outro fator que indica a posição re-

formista da burocracia centrista é a linha de atenuar o ímpeto dos conflitos. Se os trabalhadores assumissem a orientação de não fazer os piquetes de combate (propunha-se piquetes de convencimento) e não arrebentar os ônibus, a força da greve geral de 48 horas seria bem menor. Esse pacifismo, enquanto a burguesia golpeia os trabalhadores pela violência, é típica do social reformismo.

O centrismo burocrático do lulismo ganhou fisionomia mais acabada com a estruturação da política democratizante do PT. A defesa que se fazia da autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos se consagrou em uma peça do burocrático-reformismo. Do ponto de vista econômico, a CUT é tida como um meio de negociar migalhas. Politicamente, serve de base para a estratégia eleitoralista da Articulação. O mesmo acontece com o PT. O partido se esconde por detrás da CUT para não encabeçar as lutas diretas. E já se afunda no parlamentarismo para negociar institucionalmente os interesses da classe trabalhadora. Rompe-se a unidade da luta econômica com a política no interior do movimento operário. O encadeamento entre a luta por reformas e o combate anticapitalista é totalmente desfeito. Contrapõe-se, assim, ao pressuposto revolucionário de que somente as massas mobilizadas e radicalizadas podem impor conquistas e que elas não poderão ser mantidas senão se amplia a luta rumo ao poder. Essa constatação comprova que a divisão entre a luta institucional para o PT e luta econômica para a CUT, na verdade se constitui numa política para submeter a CUT à estratégia democratizante reformista. E ela é impossível pelo fato da CUT, inclusive, não ir à fundo na defesa das condições de vida das massas, negando-se a utilizar todo potencial grevista da situação. Em lugar de combate os dirigentes da Articulação já apregoam em praça pública a fantasia de que os trabalhadores poderão ter suas reivindicações atendidas por um governo democrático-popular. E, em suas teses para o Congresso Regional GSP, defendem que a CUT deva ser um sustentáculo do programa e do governo democrático popular. Essa proposição torna a CUT um instrumento governamental e avalista de um programa reformista. Trata-se de uma outra forma de submissão dos sindicatos ao Estado. A estatização dos organismos de classe pode se dar, pela força militar ou pela via democrática. Inevitavelmente, o reformismo e os objetivos democratizantes do PT conduzem à quebra das conquistas alcançadas pela CUT.

A colocação, sem subterfúgio, de que a CUT será um pilar do governo democrático popular tem a virtude de expor toda questão estratégica até há pouco tempo velada ideologicamente pela própria Articulação. A contradição existente, na origem da CUT, entre as tendências objetivas do proletariado em se organizar independentemente e a política burocrática centrada do lulismo vem à tona, no presente, com muita clareza. A CUT representou, perante a estatização autoritária, um movimento de libertação dos sindicatos. A continuidade desse processo dependia da evolução revolucionária da principal camada dirigente dos autênticos. Entretanto, seus interesses de aristocracia operária e de casta conduziram-na para a política pequeno-burguesa da intelectualidade do PT. A cristalização dos objetivos democratizantes entre esses dirigentes os leva a minar os patamares de independência já conquistados pelo movimento operário e os coloca como agentes de estruturação de novas relações de atrelamento ao Estado. Do ponto de partida do processo de independência, no qual os “autênticos” jogaram um papel progressivo, chegam agora a um ponto de restabelecimento relativo dos vínculos de submissão. O aprofundamento dessa política ampliará o caráter burocrático e os interesses estranhos ao proletariado. A agudeza da luta de classes não tem permitido acelerar muito essa marcha, mas, no último período, essa mesma situação de choque brutal tem obrigado a Articulação a se definir mais precisamente em defesa da democracia burguesa, do Estado de Direito e do eleitoralismo. A força alcançada por essa corrente começa a lhe permitir agir como fator disciplinador e ordenador dos embates classistas. Isso é, facilita-lhe jogar mais decisivamente contra o ascenso generalizado e a estruturação de um movimento revolucionário de maioria nacional. Essa é sua tendência geral. Isso não quer dizer que não possa, sob pressão, fazer viradas para a esquerda, sem contudo modificar seus pressupostos reformistas. Muitos elementos concorrerão para que ela assuma forma mais acabada. Mas, sem dúvida, entre eles os objetivos eleitorais do governo democrático popular têm importância especial. No 3º Concut já se fez sentir o peso dessa orientação. A Articulação apetrechou a CUT para o democratismo, desarmou-a perante uma situação de ascenso, reduziu a democracia sindical, burocratizou seu funcionamento, dificultou mais a influência das bases nas decisões, bloqueou o desenvolvimento das oposições sindicais e diminuiu o poder de seu Con-

gresso como ferramenta de intervenção na acelerada crise do país.

A política reformista não tem raízes no proletariado. Ela é oriunda da burguesia e da pequena burguesia. O reformismo pequeno-burguês, de fato, é um derivado do reformismo burguês. A burocracia sindical, que se destaca da sua própria classe, serve de correia de transmissão desses estranhos ideais para o interior do movimento operário. Do proletariado o que origina é a política de independência de classe, isto é a da luta revolucionária. Fora dela é impensável sustentar a independência dos sindicatos e da CUT frente ao Estado. A linha da CUT impressa pela Articulação vem de fora e exprime a adaptação das direções sindicais ao capitalismo. A generalização das greves começa a se esbarrar mais seriamente nessa política, que impede as massas de apoderarem mais solidamente dos sindicatos e utilizá-los para construir organismos superiores de centralização e combate. Ao mesmo tempo em que as massas se lançam para se assenhorar dos seus organismos, a burocracia tira-lhes a direção revolucionária. Basta ver a política de esvaziamento do movimento pelas comissões de fábrica, o isolamento das que existem, seu encabrestamento burocrático e a quebra de greves em pleno avanço. A evolução da burocracia centrista para a integração mais funda nas relações do Estado atesta a impossibilidade do reformismo, por mais esquerdista que seja, de sustentar posições de independência diante do capital. Pelas condições econômicas atuais, em lugar nenhum do mundo capitalista o 'reformismo pode jogar um papel mínimo de progresso. Num país semi-colonial, como o Brasil, onde o lugar preponderante é o do capital monopolista, a burguesia nacional é débil e o proletariado socialmente forte, não cabe absolutamente a existência de sindicatos reformistas independentes. Pelas mesmas razões, a viabilidade de uma ampla democracia do Estado, sob a qual as massas possam conhecer reformas sociais é materialmente impossível. Desta maneira, os objetivos da Articulação apenas conduzirão ao sacrifício de todo movimento, caso o proletariado não consiga, em pouco tempo, por em pé uma direção classista. Contra isso, impõe-se a defesa de uma política sindical revolucionária, que desenvolva a CUT e os sindicatos em meio à luta de classes, que possibilite criar amplas organizações de massa e que defenda a estratégia do governo proletário. Fora dessa linha é falso pregar a independência, a democracia sindical, o antiburocratismo e a unidade de ação dos explorados.

IX - SUPERAR A CRISE DE DIREÇÃO

A fusão do movimento operário, que se organiza na defesa das reivindicações elementares, com o programa e a estratégia da revolução socialista é uma tarefa a ser trabalhada em contraposição ao reformismo imperante. Isso significa construir o partido operário revolucionário que ainda não existe no país. O PT, ao ser lançado, inaugurou uma via de construção de um partido operário independente, que se se construisse como tal, evoluiria em direção de um partido revolucionário internacionalista. Mas o triunfo em toda linha do socialismo reformista da Articulação liquidou essa possibilidade. Isto é, se concebeu um programa e uma política opostos à luta pelo programa operário junto aos explorados. O objetivo essencial de superar a crise de direção provocada pelo estalinismo, aliado do nacionalismo, foi rejeitado pela Articulação. Mais do que isso, ela ressuscitou, com todo tipo de adaptação, as colocações centrais do estalinismo e do nacionalismo burguês. A força alcançada pela Articulação, graças à cooptação da burocracia sindical centrista, é responsável, em grande parte, pelo enorme atraso na construção de uma linha socialista no seio do proletariado. A crise capitalista chegou a grandes proporções, as massas evoluíram consideravelmente, mas se acham em atraso em relação às tarefas colocadas objetivamente pela crise, e a formação da vanguarda em torno da estratégia marxista é incipiente. A ausência de uma direção revolucionária, estruturada sob um programa anticapitalista é o maior obstáculo à constituição do proletariado como dirigente do movimento nacional das massas.

A contribuição das correntes pseudo-trotskistas para obstaculizar o desenvolvimento do embrião do partido revolucionário tem também seu peso na balança. A CS, a DS e o Trabalho, cada um a sua maneira, se tornaram tributárias do governo democrático popular e embrenharam-se no circo eleitoralista montado pela Articulação. Os revisionistas do Programa de Transição agem como verdadeiros amortecedores ao se constituírem numa semi-oposição à Articulação. Se existem inúmeras diferenças entre essas correntes, ao formularem suas posições sob o governo democrático popular e ao defenderem o movimento social em função das eleições, se unem em torno da mesma estratégia da Articulação. Antes se escudavam na consigna do governo dos trabalhadores, velando-o com o conteúdo do socia-

lismo pequeno burguês. Agora adotam o governo democrático popular, expondo assim o verdadeiro sentido democrático e eleitoreiro do governo dos trabalhadores. Essas correntes se reivindicam do socialismo, mas negam a sua essência estratégica, a ditadura do proletariado. Nisso consiste o seu oportunismo, altamente prejudicial porque retarda e destrói o avanço político de uma parcela militante que se destaca na luta. Por essa razão, a construção de uma corrente pelo partido revolucionário passa por uma batalha programática constante contra todas as variantes do reformismo e centrismo pequeno-burguês.

A organização Causa Operária (OOI) teve uma importante intervenção durante um período e foi responsável por traçar uma linha principista nos primórdios do PT. Entretanto, nos últimos tempos, vem renunciando-a e manifestando o traço característico comum do centrismo da negação da ditadura do proletariado. A sua estratégia do governo dos trabalhadores mostrou ser distinta da ditadura do proletariado. No interior do importante choque aberto pela formulação do governo democrático popular e pelos condicionamentos democratizantes da situação política, a OOI levanta a consigna do governo dos trabalhadores da cidade e do campo e o “programa” para as eleições e para candidatura de Lula. Dirige toda sua linha para a materialização de um governo dos trabalhadores através da candidatura do PT. Nessa virada, o fundamental está em que concebe a possibilidade de um governo eleito vir a ser instrumento para a revolução. A OOI armou-se da idéia de que a via eleitoral é um instrumento para a constituição de, um governo revolucionário, que coado tal serviria de ponto de apoio para a tomada do poder. Tal governo não teria o poder, mas, pelo fato de possuir o programa de transição e de se apoiar nas massas, serviria de meio para a luta pelo poder. Quer dizer que um governo anticapitalista surgiria de um movimento eleitoral (tendo sempre para a OOI as massas mobilizadas por detrás) para colocar na ordem do dia uma crise diretamente revolucionária. Desta forma, a bandeira do governo dos trabalhadores da cidade e do campo ganha concretude, para a OOI, na situação de crise frente à possibilidade de Lula arrebatar uma grande virada eleitoral das massas, que expressarão seu descontentamento no campo eleitoral. A luta pela realização dessa possibilidade no terreno eleitoral tem o valor de preparação das condições para a tomada do poder. Uma vez que o país atravessa uma

situação pré-revolucionária, a conquista do governo no campo eleitoral aplainaria o terreno para a revolução. Por essa razão, o concreto é a defesa do governo os trabalhadores e não a ditadura do proletariado, pois esta seria propagandismo abstrato. Tomada do ponto de vista eleitoral, para se chegar ao, governo e não ao poder, de fato, -não apenas seria propagandismo abstrato como também a mais completa estupidez. Entretanto, a estratégia da ditadura proletária, levantada em defesa do desenvolvimento do eixo revolucionário da situação, contra a enorme pressão democratizante e contra o engodo da via eleitoral para se atingir 'um' governo dos trabalhadores (ou governo democrático popular) ganha a concretude na intervenção. E não por que se coloque a tomada imediata do poder, mas porque apresenta a via revolucionária, em certo grau colocada objetivamente pelo ascenso da classe operária, como o único caminho real de se chegar ao governo operário e camponês e instaurar o poder da maioria explorada contra a minoria exploradora. A estratégia final da ditadura proletária não serve apenas para o momento insurrecional. Pelo contrário, se ela for tomada nesse sentido se tornaria, aí sim, uma abstração. Na verdade, ela condiciona todo desenvolvimento político do partido junto às massas. Sem isso não há como preparar o terreno pari a chegada da crise diretamente revolucionária. Se se fala que é necessário amadurecer política e organizativamente o proletariado para a evolução da etapa pré-revolucionária, então é imprescindível defender desde já a ditadura do proletariado conectada com os passos concretos do movimento de massas, que por ora tem por suporte as reivindicações econômicas. Ao se tratar das eleições, onde jorra todo tipo de demagogia democratizante, mais imperativo ganha a colocação da estratégia revolucionária. Ao contrário, a OQI, ao pretender dar materialidade ao seu governo dos trabalhadores através da luta eleitoral, faz oposição à ditadura proletária. Com isso, se aproxima de toda a esquerda revisionista do trotskismo e alimenta a estratégia democratizante da Articulação. Fundamentalmente, por ser incapaz de golpeá-la na questão central do poder e do método. Com seu ataque às posições do POR e com a defesa de um governo instituído pelos mecanismos democráticos, a OQI abriu mão de toda uma tradição de resistência ao eleitoralismo. As consequências são profundas, pois o programa defendido perde completamente seu sentido. A substância do Programa de Transição somente tem vigor

sob a estratégia da revolução e ditadura proletária, aliás não pode haver o programa revolucionário sem a correspondente estratégia e tática.

A negação pela OQI da defesa inconfundível da estratégia revolucionária, principalmente agora que o reformismo vem à tona com todo seu Potencial e suas variantes esquerdistas, ameaçando encetar um duro golpe no avanço conquistado pelas massas, faz parte da dificuldade do proletariado em superar a crise de direção. Essa dificuldade deita suas raízes profundas na contra-revolução burocrática do estalinismo, que provocou no mundo inteiro um retrocesso histórico nos patamares alcançados pelo marxismo internacionalista com a Revolução Russa. A degenerescência do PCB, logo no nascedouro, impediu por todo um período a colocação do partido revolucionário internacionalista. Atualmente, o capitalismo retomou a dimensão de crise histórica, provocando urna grande derrocada do estalinismo. O declínio do estalinismo aparece a olhos vistos. Tornou-se bem evidente seu papel de sustentação da ordem burguesa. Entretanto, a crise do PCB não abriu espaço apenas para o nascimento do partido revolucionário, mas também para todo tipo de variante pequeno-burguesa centrista, que traz para o interior do movimento operário a impotência política da pequena burguesia frente à tarefa de destruição do capitalismo. Tal fenômeno explica, em parte, a extraordinária dispersão das correntes políticas.

O zig-zag da OQI, que vem ocorrendo há algum tempo, é produto da incapacidade de sua direção suportar o peso dos acontecimentos contundentes da crise capitalista. Essa incapacidade reside na não incorporação de fato da estratégia da ditadura proletária, isto é, do Programa da IV Internacional.

A construção do partido operário revolucionário surge como necessidade premente, pois, de um lado, o proletariado cresce em força objetiva diante da burguesia em crise, de outro, se consolida a posição democrático-reformista no PT. A luta pela independência do proletariado se colocará com maior intensidade. Ganha mais força e importância a necessidade da luta pela formação das direções revolucionárias no movimento operário e elas só poderão se estruturar plenamente mediante o partido revolucionário.

A tendência POR nasce nesta circunstância extremamente difícil para organizar a vanguarda em torno da tarefa de construção do Programa e de

elevação das massas no sentido da estratégia proletária. O seu surgimento ocorre numa situação em que o maior impedimento para o movimento de massa se transformar em força anticapitalista consciente se concentra na presença marcante das direções burocráticas democratizantes, que arrastam atrás de si as correntes do socialismo pequeno-burguês. Nesse quadro, a debandada estratégica prematura da OQI rompe importantes conquistas alcançadas na luta contra a esquerda democratizante, colocando-a a beira de uma descaracterização total. A tendência POR é engendrada por essa crise brutal perante a qual só alcançamos a devida compreensão observando o potencial revolucionário depreendido pelo proletariado e o bloqueio sofrido pela ausência do partido operário. Tanto a sua fraqueza quanto a sua força residem nessa contradição. A fraqueza comparece no fato de ter de iniciar a formação do programa e de quadros, nas condições de reduzida influência no movimento político da classe operária; a fortaleza está na compreensão de que a degenerescência esquerdista tem sua fonte na incapacidade destas correntes de se conformarem sob a espinha dorsal da estratégia da ditadura proletária e dos métodos de luta que o proletariado, na sua ação, exige para derrotar o poder burguês. Essa situação obriga a T.POR a dar a máxima atenção às formulações das bases programáticas no próximo período, sem as quais não poderá começar a existir. E elas só poderão ser alcançadas pela luta política no interior do movimento operário, no sentido da superação da crise de direção. A experiência da vanguarda com os democratizantes reverterá para o partido operário caso a batalha pelo programa e por uma orientação política revolucionária seja dada em todas as situações possíveis. A derrocada do reformismo e do centrismo será inevitável e dela nascerão as melhores condições para progredir o partido do proletariado. O delineamento de uma política de resistência à onda democratizante e de ofensiva no assentamento da estratégia será decisivo para o embrião do partido se fortalecer no terreno de luta de classes.

X - DESENVOLVER AS CONSIGNAS

As reivindicações econômicas, como reposição salarial, aumento real, reajuste automático mensal e salário mínimo real atraem o interesse imediato das massas. Motivados pela reposição salarial milhões de assalariados

saíram em greve. O piso salarial do DIEESE também mobilizou um importante setor ligado ao funcionalismo. O conjunto integrado dessas reivindicações se opõe à depreciação de mais de 50% dos salários, à superexploração e ao mecanismo inflacionário de confisco. Elas servem como defesa das condições mínimas das massas e como ponto de partida para a luta anticapitalista. A elas a CUT, em sua plataforma, agrega as bandeiras de não pagamento da dívida externa e reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Em conjunto, essas consignas têm grande valor para unificar as massas, como um primeiro passo; levá-las ao confronto com os exploradores e para permitir a colocação das tarefas de expropriação, sem indenização dos grandes ramos da produção e do capital financeiro. A tendência objetiva dos trabalhadores é a de caminhar para uma maior centralização do combate. E ela passará pela assimilação prática da plataforma de luta pelos trabalhadores. Isso exige a defesa diuturna de tal plataforma, como fator de mobilização e organização independente da classe trabalhadora. É necessário, portanto, desenvolver jun. to às reivindicações as formas de ação direta (greves, ocupações, manifestações, piquetes) e organização de massa permanente (comitês, conselhos, comissões fabris. A unidade de ação das massas, tendo à cabeça o proletariado, as levará a se chocar frontalmente com os mecanismos de opressão (Estado, forças armadas, parlamento, etc) e com as relações capita. listas de propriedade. Esse passo é fundamental para amadurecer a tarefa de expropriação e tomada do poder pela via revolucionária.

A burocracia democratizante não só combate a ligação de tal plataforma com o programa operário de expropriação, como rompe a própria unidade das consignas elementares, tornando-as quase sem valor para a centralização da luta dos trabalhadores. Ela acaba por impedir que as massas empunhem as bandeiras estabelecidas nos congressos da CUT tornando-as formais. A burocracia sindical e os reformistas não podem sobreviver sem se apoiar nos trabalhadores. Por isso, admitem sob pressão as reivindicações e até certo ponto a mobilização. Mas, para manterem o controle das massas e comparecerem como um instrumento de negociação confiável frente aos olhos da burguesia, são obrigados a bloquear o desenvolvimento prático das consignas colocadas pela situação. Por exemplo, levantam a reposição salarial para obter trocados, pois afinal de contas

algum resultado tem de apresentar. Não apenas não vão a fundo na mobilização pela reposição, como desfazem a ligação desta com a escala móvel e com o salário mínimo real. No país há cerca de 19 milhões de trabalhadores que vivem do salário mínimo e outros tantas até 3 mínimos, no entanto, os trabalhadores não se levantaram generalizadamente contra essa escravidão salarial devido ao fato da burocracia e reformistas esvaziarem o seu peso nas lutas. Por duas vezes, os parlamentares do PT votaram a favor do salário mínimo de fome, depois de miseráveis conchavos no Congresso. A política salarial recém votada é uma caricatura da escala móvel, isto é, preserva o mecanismo do arrocho via inflação. Pois lá estiveram os petistas se arrastando por detrás dela. Tais exemplos demonstram muito bem o conteúdo da política democratizante e sua função de freio das lutas de massa.

Se isso se passa com as reivindicações mínimas de existência da força de trabalho, o que dirá, então, com aquelas de cunho antiimperialista e anti latifundiária? Para a Articulação, sequer se coloca o não pagamento da dívida externa. Ela posiciona-se pela renegociação com os governos imperialistas e chama as burguesias nacionais dos países oprimidos, através de seus governos, a fazerem uma frente de devedores para pressionar por uma nova ordem mundial capitalista. Essa formulação contraria completamente os objetivos da luta pelo não pagamento, que faz parte de um conjunto de tarefas do movimento da maioria nacional. O mesmo se passa com a reforma agrária. Ao invés de ser uma consigna para os camponeses combaterem os latifundiários e se aproximarem de uma aliança com o proletariado, ao contrário, é transformada em um ponto de negociação parlamentar e estatal em torno dos chamados latifúndios improdutivos. Desarma-se, assim, a luta pela expropriação e pelo controle da terra pelos camponeses. Em seu lugar se pretende implantar a linha conciliadora e pacifista dos assentamentos agrários sob o regime capitalista de produção. A Articulação dá a entender que o impasse dos assentamentos (controlados pela Igreja) se deve à inexistência de um governo democrático popular. E sacam a conclusão histórica valiosa, para encobrir o seu leviano democratismo, de que as reformas democráticas num país atrasado e oprimido como o Brasil conduzem ao socialismo. De fato, a luta de massa pela posse da terra e por sua nacionalização e a de expulsão do imperialismo conduzem ao desalojamento da burguesia do poder, possibilita a formação de um go-

verno operário e camponês e a transformação das tarefas democráticas em socialistas. Não obstante, a tentativa reformista de substituir a força revolucionária das massas pela formação de um governo eleito que iria realizar mudanças paliativas não conduz ao socialismo, mas sim à contra-revolução, ao golpe militar.

Estas duas linhas opostas deixam claro que os interesses dos camponeses pela reforma agrária dependem estritamente da abertura de um processo revolucionário, o qual por sua vez depende do amadurecimento do programa e estratégia proletárias. As consignas agrárias e antiimperialistas, bem como as mais elementares, ao serem circunscritas ao campo do nacional-reformismo tornam-se sem valor para a iniciativa própria das massas e as desarmam do papel de protagonista das transformações. E por isso que o PT, para se constituir uma frente democratizante com outros partidos e para se mostrar inofensivo ao capital, foi obrigado inclusive a retroceder em posições formais quanto à questão agrária, dívida externa, estatizações. E, também, não é por outra razão que a CUT tenha tido uma redução de seu potencial capaz de desenvolver a fundo as consignas de luta no seio das massas e servir de canal para a constituição da aliança operária e camponesa. Desta forma, a tarefa de aglutinar as massas em torno das consignas organicamente ligadas, como um primeiro passo de combate antiimperialista continua de pé, e somente poderá ser desenvolvida através da vanguarda que se diferencia do reformismo, que se ponha a formar o programa de transição e que intervenha solidamente no movimento dos trabalhadores, dando vigência às consignas e ajudando a evolução das massas.

O ponto de partida está na defesa prática da plataforma de reivindicações de reposição total e completa das perdas, aumento geral dos salários, salário mínimo real, escala móvel dos salários, reforma agrária sob controle dos trabalhadores e não pagamento da dívida externa. A ela se acrescenta as consignas políticas de total liberdade política e sindical, direito irrestrito de greve, direito a organização dos comitês de autodefesa armados contra a violência policial e para militar, pelo fim de todo aparelho repressivo, direito de organização e ocupação das fábricas, liberdade política sindical para os soldados e marinheiros, eleição pelas tropas de todos os cargos de comando. Esse rol de consignas e tarefas se interligam às de expropriação dos ramos fundamentais da produção e comercialização, estatização do

Resoluções do Primeiro Congresso do POR

sistema financeiro, monopólio estatal do comércio exterior e nacionalização de todas as terras. Todos eles se condicionam ao objetivo da ditadura proletária, que deverá ser explicada constantemente e colocada como a única possibilidade de realizar o programa de transformações reais. De conjunto esses pontos servem de base para a intervenção agitativa e propagandística, para defender a formação da frente revolucionária antiimperialista e para o início da tarefa histórica de formação de um Programa de Transição para a revolução no Brasil.